



*** RESUMO EXECUTIVO da A T A
SUBCOMITÊ DA BACIA HIDROGRAFICA ALTO TIETÊ
BILLINGS TAMANDUATEÍ - SCBH-AT- BT**

Aos quinze dias de março de 2010, às 17h, no Consórcio Intermunicipal do Grande ABC em Santo André-SP, reuniram-se os Conselheiros, representantes e convidados do SCBH-AT-BT, para tratar da pauta conforme estabelecido em ofício da Secretaria Executiva.

Mário Reali Presidente do Subcomitê e Prefeito de Diadema representando segmento municípios, abriu a reunião dando as boas vindas. Colocou em apreciação a aprovação da Ata da reunião plenária de 14 de dezembro de 2009. Foi aprovada. Pelos informes das Câmaras técnicas-CT Márcia Nascimento, Secretária executiva do Subcomitê Billings-Tamanduateí, representando segmento governo do estado de São Paulo/SMA comunicou que recebeu o relatório da Dersa com as ações em andamento no trecho Sul do rodoanel, detalhado por municípios, referente às compensações ambientais do empreendimento. José Afonso, Coordenador da CT planejamento e gestão, representando segmento municípios PM Mauá, disse "-...Na última reunião tivemos a participação do Eng. Luis aqui da Dersa, na avaliação da Câmara técnica a apresentação não chegou a ser detalhada como precisávamos, em termos das compensações, foi genérica demais, mais conceitual do que precisando o que de fato está sendo implementado em termos de compensações ambientais nas cidades. A partir daí tiramos o encaminhamento para que a Dersa produzisse um relatório, o que estamos recebendo agora, e o próximo passo é instituir um encaminhamento também da CT, formamos uma comissão com representantes de cada uma das cidades, para a partir do relatório da Dersa fazermos uma inspeção em campo para verificarmos de fato o que está sendo implementado em termos das compensações ambientais dentro das cidades. Tem a questão de que algumas cidades não conseguiram indicar áreas, e alguns municípios solicitando que troque os critérios, troquem as mudas por outro tipo de compensação, a Dersa contra argumenta dizendo que estão atendendo a deliberação do órgão licenciador, mas de qualquer maneira temos essa comissão para verificar o que está sendo feito na cidade, onde está sendo feito, como está sendo feito, o que de fato está sendo implantado com esse conjunto de mudas segundo o órgão licenciador, para que sejam plantados aqui na bacia. A partir daí vamos fazer esse relatório para

retornar para essa plenária para aprovação vocês, questionamentos, e decidimos juntos qual o encaminhamento que vamos dar para o relatório." CT de Educação Ambiental, Rosilene Dias representando segmento Governo do Estado de São Paulo/SMA/CEA disse que será agendada nova reunião para o mês de abril com apresentação do levantamento dos projetos FEHIDRO a fim de analisarem o que é o mais importante para os próximos projetos de educação ambiental para a bacia com recursos captados pelo FEHIDRO. Gilmar Mangueira da Silva, representando segmento municípios PM São Bernardo do Campo comunicou que no Conselho Estadual de Recursos hídricos-CRH foi aprovada moção para criação das CT de educação ambiental em todos os Comitês do estado. A Secretária complementou sobre os projetos FEHIDRO, foram apresentados quatro projetos e três aprovados, pelo Subcomitê. O Presidente disse que encaminharam solicitação ao Comitê de bacia do Alto Tietê para o repasse das atribuições do órgão colegiado ao Subcomitê conforme previsto no artigo 2º parágrafo 1º da lei 13579/2009. A apresentação sobre o andamento da cobrança pelo uso da água ficou para uma próxima reunião em virtude de dificuldades de agenda com o palestrante Jorge Rocco da Secretaria Executiva do Comitê do Alto Tietê. Sobre os projetos FEHIDRO e a agenda do Subcomitê para 2010, Nelson Pedroso, representando segmento sociedade civil organizada/AGDS disse que foram 'pré aprovados' os projetos da prefeitura de São Bernardo do Campo referente ao plano de saneamento ambiental, outros projetos pela PM de Ribeirão Pires e ainda pela PM São Bernardo do Campo uso racional da água para a agricultura, com condicionantes. Gilmar informou que o prefeito Luiz Marinho protocolou documento na SMA solicitando que o valor de mais de R\$ 2 milhões que não foram repassados como verba do FEHIDRO para o Comitê do Alto Tietê, retornem ao Comitê. Cláudio Deberaldine, representando segmento prefeituras PM Estância Turística de Ribeirão Pires, informou que um projeto é a creche ecológica e o outro mata ciliar. Passaram a debater a necessidade de um prazo maior para complementação de documentação pois ainda tinha recursos disponíveis. Nelson também disse que os recursos de R\$ 2.460.000 solicitados, "já podem ficar à disposição para termos projetos pré-aprovados em banco de projetos e usar o recurso em 2011, porque todos projetos aprovados vão começar praticamente em 2011 mesmo, (...) as demandas induzidas que colocamos como por exemplo estudos para a Lei específica, uma revisão, tem que ter o projeto, nem que a gente delibere uma verba dando maior prazo para que seja apresentado naquelas demandas induzidas, que se não me engano são seis, uma delas inclusive é de fazer a revisão dos nossos aquíferos subterrâneos em termo da qualidade das águas, mas ninguém apresentou projeto, e é uma demanda que precisa ser

atendida, porque 90% hoje dos projetos são demanda, e tem que ser atendido a demanda induzida." Foram apresentadas informações básicas sobre as condicionantes da captação de recursos FEHIDRO. A Secretária disse que iria verificar os dados sobre os recursos e informar o colegiado via email, e em relação a agenda do Subcomitê, não teve a oportunidade de elaborar mas irá trazer em uma próxima reunião para definirem a agenda de reuniões do Subcomitê, e as reuniões das CTs estão ocorrendo com um trabalho bastante satisfatório. O Presidente lembrou que desde sua posse chamou atenção para a importância dos trabalhos no Subcomitê, e também para a agenda de trabalho, e fez a análise que estão conseguindo levar adiante as demandas citando exemplos como a Lei específica e sua regulamentação, a implantação da Lei, o trabalho das Câmaras técnicas, os debates sobre o rodanel e apresentação dos projetos elaborados com recursos do FEHIDRO. Ocorreu então justamente uma apresentação de projeto realizado com captação de recursos FEHIDRO, serviços ambientais prestados pelas áreas florestadas da represa billings, visando a possibilidade de futuros pagamentos pelos serviços ambientais. Foi executado por equipe da Universidade Metodista de São Paulo, em São Bernardo do Campo, representado pela Profa. Dra. Wanderli Maia Matarazzo e o Prof. Vicente Manzione Filho. Cujo inteiro teor se encontra na Ata completa. Destaques : O projeto foi aprovado em 2004, mas a primeira parcela saiu só em 2006. O trabalho de campo foi extenso, por 2 anos. Ainda há dados que devem ser trabalhados e poderão ser apresentados no Subcomitê. Todos os dados podem ser disponibilizados para a Secretaria Executiva divulgar. Está sendo elaborada uma cartilha dos serviços ambientais para o público estudantil e também um livro com os resultados da pesquisa. A pesquisa deve ser útil para subsidiar políticas públicas em áreas prestadoras de serviços ambientais na preservação e recuperação da bacia ao mensurar, apesar das dificuldades teórico práticas, um valor mínimo de pagamento pelos serviços ambientais. Os Objetivos foram mensurar e valorar os serviços ambientais prestados pela Bacia Billings, avaliando por amostragem a produção e suprimento de água, absorção de gases do efeito estufa, principalmente o Co₂, regulação de microclima e oferecimento de condições para desenvolvimento de atividades de lazer. Foi salientado que há ainda outros serviços ambientais que podem ser mensurados mas não estavam no escopo da pesquisa. Em relação a estocagem do carbono 21.531.925,31 t/Co₂ equivalente e considerando ao final de 2009 o preço médio do carbono em US\$ 4/t Co₂ teriam o valor de 172.255.402,50/ano, ou seja, quanto vale as áreas florestadas da bacia. Para o quesito temperatura onde foram instaladas três estações meteorológicas nas três áreas selecionadas, a área sem cobertura florestal, degradada, tem

temperatura média de 5 °C maior do que a conservada, a área esparsa 3 °C de diferença na máxima média, e foi detectado até 10,8 °C máxima entre a área degradada e a conservada, em uma distância não superior a 5 km. A metodologia proposta foi calcular o custo de energia em kw/h e qual seria o custo para trazer a temperatura média para 24o C, baseado em estudos que indicam ser esta a temperatura limite para acionamento do ar condicionado. E também pesquisaram o item lazer, por exemplo quanto os frequentadores das áreas selecionadas no escopo da pesquisa estariam dispostos a pagar a mais para manter a área preservada. Foi feita a pergunta para reflexão: quanto vale 1 m quadrado de floresta na área conservada e de ocupação esparsas ? Ao final da apresentação a plenária participou amplamente, Virgílio, representando segmento sociedade civil organizada/MDV- disse "...acho que isso deveria ser proposta das demandas induzidas aqui, as prefeituras precisam indicar suas áreas mais importantes, e quem sabe até apresentar projetos pelos municípios no sentido de valorar localmente cada área verde preservada para termos na prática essa Lei cumprida não sendo igual a outras que se escreve mas não se cumpre." Adalberto representando segmento municípios-PM Ribeirão Pires/Secretaria de Meio Ambiente, considerou "esse tipo de pesquisa traz para o centro nas discussões da políticas públicas, e para as decisões do gestor, prevendo o impacto em tal caminho, mesmo que não seja percebido pela população, mas que vai custar muito caro lá na frente. E também seguramente são indicadores de futuro, ranking, medição." Nos assuntos diversos Nelson disse "... estamos encaminhando para a próxima reunião do dia 24 no COFEHIDRO, entre elas essa questão da demora dos repasses dos recursos FEHIDRO, porque ao longo desses dez anos fizemos uma pesquisa bastante detalhada com os diversos tomadores identificando que 80% dos projetos diminui na qualidade justamente pela demora do repasse do recurso, prejudica, 20% é de problema em relação a desistências, etc, ou só compre depois que libera a parcela, o projeto começa e para, espera vir o dinheiro, começa e para de novo, então dessa forma estamos encaminhando para o COFEHIDRO para liberação da parcela que passa a ser encaminhada diretamente com o protocolo e uma análise prévia da prestação de contas..." A Secretária informou que foi formalizada a Resolução do Secretário do Meio Ambiente formando o grupo de trabalho da fiscalização integrada para elaboração das normas de atuação do grupo. Os municípios serão oficiados e os órgãos estaduais integrantes do grupo de fiscalização integrada serão comunicados para início e término dos trabalhos no prazo de 90 dias. Gilmar informou que foi assinado o PAC II do Grande Alvarenga envolvendo mais de 2500 pessoas, contando com ampla regularização fundiária. Cláudio disse que a próxima quinta-

feira Ribeirão Pires irá assina convênio com a Cetesb para os licenciamentos serem realizados no município. Aos final dos trabalhos, tendo sido cumprida a pauta a Secretária Executiva agradeceu a todos e deu por encerrada a reunião. Está Ata foi elaborada em conformidade com as laudas taquigráficas.